



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

167  
82

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0331207-8

AGRAVANTE: Luiz Ferreira Dias

AGRAVADO: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. De proêmio, em juízo de cognição sumária, não há plausibilidade na alegação de prescrição do próprio fundo do direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo, bem como em virtude da permanência da relação jurídica-base – pagamento dos proventos dos agravados –, cuidando-se, pois, de relação de trato sucessivo, razão pela qual estarão prescritas, acaso devidas, tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação. 2. A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelo autor/agravante, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar nº 59/04. 3. No plano de mérito, como visto, o autor/agravante promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito, restando comprovada a sua condição de policial militar inativo da PMPE - o que, aliás, não foi impugnado pela Fazenda Pública - sendo certo, mais, como dito, que a questão da extensão da perquirida gratificação aos proventos em lume constitui matéria exclusivamente de direito. 4. No ponto, impende registrar que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF, sendo inaplicável à espécie os §§ 2º e 5º do art. 7º da Lei nº 12.016/2009. 4. O pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 5. Deveras, a Emenda Constitucional nº 41/2003 modificou as regras de aposentação do servidor público vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, excluindo o direito à integralidade (passando o benefício a ser calculado pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor), além de pôr fim à paridade entre ativos e inativos, assegurando o reajustamento anual dos benefícios por índice fixado em lei. 6. Ademais, é consabido que a reforma criou regras de transição, buscando atender aos servidores dotados de expectativa de direito à época do seu advento, quando já participavam do regime próprio de previdência, mas sem o preenchimento de todos os requisitos para a aposentadoria. 7. Todavia, no caso concreto, não há de se invocar sequer as regras de transição, uma vez que o teor do julgamento do ato de aposentadoria do agravante pelo Tribunal de Contas do Estado revela que o mesmo foi aposentado antes do advento da EC nº 41/2003, no ano de 1988, e “com proventos mensais integrais” (...), “ressalvadas as melhorias posteriores”, o que demonstra de modo cabal que lhe foram asseguradas a integralidade e a paridade remuneratória com os vencimentos da ativa. 8. Por outro lado, a discussão de fundo, quanto à natureza da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já se encontra sedimentada no plano local. 9. De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os





162  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, as quais compreendem, na prática, todos os tipos de atividade policial, isto a denotar o seu caráter de generalidade. **10.** Nessa linha, observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem *“as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96”*, compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. **11.** O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que *“O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”*). **12.** De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação *“aos proventos ou pensões dos referidos militares”*, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. **13.** Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*). **14.** É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si. **15.** Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde. **16.** Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas. **17.** Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*. **18.** Por isso, atendendo à regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *‘tempus regit actum’*), impõe-se a inclusão das vantagens de caráter geral, a exemplo da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador. **19.** Não se trata de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade, nos termos da jurisprudência pacífica do STF. **20.** Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lumen). **21.** Agravo de Instrumento provido, em ordem a reformar a decisão de primeiro grau, assegurando ao autor/agravante o direito à inclusão da gratificação de risco de policiamento ostensivo na base de cálculo de seus proventos.





163

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0331207-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0331207-8**

**AGRAVANTE: Luiz Ferreira Dias**

**AGRAVADO: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto em face de decisão (fls. 59/59-vº) proferida pelo Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0017065-69.2014.8.17.0001, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, com fundamento na ausência de verossimilhança das alegações.

Invocou o autor, ora agravante, policial militar inativo da PMPE, o direito à percepção da integralidade de seus proventos, nos termos do art. 40, §§ 7º e 8º da CF/88, especificamente no tocante à referida **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo**, ante o seu caráter de generalidade.

Em suas contra-razões (fls. 98/125), arguiu a Fundação agravada, em suma: (i) a existência de vedações legais à antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, notadamente os §§ 2º e 5º do art. 7º da Lei nº 12.016/2009; (ii) o perigo da irreversibilidade do provimento antecipatório, por se tratar de verba alimentar; (iii) a ausência de verossimilhança das alegações, uma vez que a regra constitucional da paridade e da integralidade restou revogada com o advento da Emenda Constitucional nº 41/2003; (iv) que a gratificação de risco de policiamento ostensivo não é incorporável aos proventos, por se tratar de verba de caráter *propter laborem*, que não é sequer percebida por todos os militares da ativa, conforme demonstram os relatórios anexados aos autos; (v) que os militares que recebem a gratificação de apoio operacional, de apoio administrativo ou apoio assistencial e de saúde não recebem a gratificação de risco de policiamento ostensivo, ante expressa vedação legal, constante do § 1º do art. 14 da LC nº 59/2004; (vi) que o art. 15 do referido diploma complementar elenca diversas situações em que é vedada a percepção da gratificação em lume; (vii) que a extensão de tal vantagem aos proventos do agravante ofenderia o princípio da legalidade estrita, que exige lei específica para fins de concessão de aumento de remuneração aos servidores públicos (art. 37, X, da CF/88); (viii) que há precedentes recentes do Tribunal de Justiça, no sentido do não cabimento da antecipação de tutela em casos que tais e (ix) que a pretensão em lume encontra-se fulminada pela prescrição do próprio fundo de direito.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do agravo às fls. 143/154.

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

164  
e

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0331207-8

AGRAVANTE: Luiz Ferreira Dias

AGRAVADO: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

De proêmio, em juízo de cognição sumária, não vejo plausibilidade na alegação de prescrição do próprio fundo do direito, eis que não comprovado o indeferimento administrativo, bem como em virtude da permanência da relação jurídica-base – pagamento dos proventos dos agravados –, cuidando-se, pois, de relação de trato sucessivo, razão pela qual estarão prescritas, acaso devidas, tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu à propositura da ação.

A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelo agravante, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/04.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada “*gratificação de risco de policiamento ostensivo*”.

No plano de mérito, o autor/agravante promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito (fls. 60/63), restando comprovada a sua condição de policial militar inativo da PMPE - o que, aliás, não foi impugnado pela Fazenda Pública - sendo certo, mais, como dito, que a questão da extensão da perquirida gratificação aos proventos em lume constitui matéria exclusivamente de direito.

No ponto, impende registrar que não há óbice à antecipação de tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária, nos termos da Súmula 729 do STF, sendo inaplicável à espécie os §§ 2º e 5º do art. 7º da Lei nº 12.016/2009.

Como visto, o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

Deveras, a Emenda Constitucional nº 41/2003 modificou as regras de aposentação do servidor público vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, excluindo o direito à integralidade (passando o benefício a ser calculado pela média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor), além de pôr fim à paridade entre ativos e inativos, assegurando o reajustamento anual dos benefícios por índice fixado em lei.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

165  
2

Ademais, é consabido que a reforma criou regras de transição, buscando atender aos servidores dotados de expectativa de direito à época do seu advento, quando já participavam do regime próprio de previdência, mas sem o preenchimento de todos os requisitos para a aposentadoria.

Todavia, no caso concreto, não há de se invocar sequer as regras de transição, uma vez que o teor do julgamento do ato de aposentadoria do agravante pelo Tribunal de Contas do Estado (às fls. 62/63) revela que o mesmo foi aposentado antes do advento da EC nº 41/2003, no ano de 1988, e **"com proventos mensais integrais" (...), "ressalvadas as melhorias posteriores", o que demonstra de modo cabal que lhe foram asseguradas a integralidade e a paridade remuneratória com os vencimentos da ativa.**

Por outro lado, a discussão de fundo, quanto à natureza da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, já se encontra sedimentada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

**PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. LCE 59/2004. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS.** 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do art. 14 da LC 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. De proêmio, afasto a arguição de prescrição do fundo do direito, eis que a relação jurídica em tela é de trato sucessivo, não havendo nos autos evidências de indeferimento administrativo do direito pleiteado. 3. Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. 4. Em outras palavras, o conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04. 5. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC 41/2003, assegura o direito à paridade dos proventos do agravado. (Recurso de Agravo 289510-5/01, Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, Data do Julgamento: 28/5/2013). Grifos acrescidos.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO.** 1. O reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88). 2. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao



166  
b

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 3. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados. 4. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos, mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas, regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 5. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. Inexiste, pois, as alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 06. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos. (Embargos de Declaração na Apelação Cível 303162-3, Des. José Ivo de Paula Guimarães, 2ª Câmara de Direito Público, Data do Julgamento: 06/06/2013). Grifos acrescidos.

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, *“e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo”*.

Deveras, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem *“as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96”, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.*

O teor dos dispositivos legais retromencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que **atuam na própria atividade-fim** da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas (aliás, o próprio art. 2º da LC 59/04 textualmente afirma que *“O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar”*).

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação *“aos proventos ou pensões dos referidos militares”*, observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do **exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais**, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Destarte, observe-se que, enquanto o art. 8º da LC 59/04 cuidou de instituir a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, os arts. 9º, 10 e 11 criaram, respectivamente, as Gratificações de Apoio Operacional, de Apoio Administrativo e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

167  
e

Gratificação Assistencial e de Saúde (com valores distintos, porém da mesma *ordem de grandeza*).

É certo que todas essas gratificações são inacumuláveis entre si.

Mas, é simples inferir que, quem não estiver no Policiamento Ostensivo, estará no Apoio Operacional, no Apoio Administrativo ou na área de Saúde.

Assim, pelo *mero exercício de funções normais*, em trabalho interno ou externo, em atividade-fim (senso estrito) ou em atividade-meio, todo PM da ativa termina por fazer jus a uma das gratificações mencionadas (artificialmente apontadas como *propter laborem*, com o evidente propósito de frustrar o regime constitucional da paridade).

Ora, para fins de parâmetro de fixação dos proventos dos inativos, há de se considerar a remuneração atribuída, na ativa, para o *desempenho normal da atividade própria do cargo*, que, no caso dos policiais militares, é exatamente o conjunto de ações designadas como de *policiamento ostensivo*.

Por isso, atendendo à regra constitucional da vinculação remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio *tempus regit actum*), impõe-se a inclusão das vantagens de caráter geral, a exemplo da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, na base de cálculo dos proventos e pensões, respeitado o regime constitucional vigente à época do fato gerador.

Não se trata de aumento de remuneração de inativos ou pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade, nos termos da jurisprudência pacífica do STF.

Desse modo, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido.

Nessa perspectiva, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do *fumus boni iuris* como do *periculum in mora* na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lume).

Ante o exposto, **dou provimento** ao presente Agravo de Instrumento, em ordem a reformar a decisão de primeiro grau, assegurando ao autor/agravante o direito à inclusão da **gratificação de risco de policiamento ostensivo** na base de cálculo de seus proventos.

É o voto.

Recife, 22 de maio de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator